

O ATO DE PLANEJAR: UMA NECESSIDADE ARTICULADA ENTRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA E O PLANO DE ENSINO DO DOCENTE

Mízia Batista de Lima Silveira

Gerência Regional de Educação Metropolitana Sul- mizia.silveira@gmail.com

Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti

Escola Municipal da Guabiraba; Secretaria de Educação de Pernambuco e Faculdade de Ciências humanas e Sociais de Igarassu –FACIG –rjpucc@terra.com.br

Zelia Maria Freitas dos Santos

Secretaria de Educação de Pernambuco – zeliamsf6@gmail.com

RESUMO:

O objetivo deste artigo, fruto de uma reflexão junto a professores da educação básica, é discutir a necessidade do planejamento, tanto pela escola, como pelo docente para o desenvolvimento de um trabalho educacional escolar de qualidade. Para tanto foi feita uma pesquisa bibliográfica baseada em autores que discutem as temáticas: planejamento, plano de ensino e projeto político-pedagógico-PPP. Nestas discussões ficaram evidentes as críticas às formas autoritárias e burocráticas com que, tanto o próprio ato de planejar o ensino-aprendizagem, como o ato de planejar a prática educativa por meio da elaboração do PPP têm sido vivenciados no espaço escolar. Nossos estudos sobre as temáticas: planejamento, plano de ensino e projeto político-pedagógico nos levou a compreender a importância do planejamento nos níveis macro e micro, direcionado para o viés participativo. Com o processo de democratização em vários setores da sociedade e da instituição de ensino voltado para o envolvimento de todos os sujeitos envolvidos com o direito de participarem nas tomadas de decisões, inclusive por meio da prática de planejamento. Portanto, percebemos que o que é peculiar nas ideias de autores é que eles apresentam o entendimento da organização da escola frente a democratização, destacando o planejamento participativo como um referencial importante na qualidade da educação. Após os estudos ficou compreendido que há a possibilidade de articulação entre a elaboração do projeto político-pedagógico ao processo de elaboração do plano de ensino para a sala de aula, pelo professor, no sentido de tornar a organização da prática escolar coerente em seu sentido geral, plano da escola e em sentido específico plano da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento, Planejar, Projeto Político-Pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

O desafio de elaborar este artigo foi à constante oportunidade de participarmos de discussões com professores da educação básica sobre a temática planejamento. Esta oportunidade também nos impulsionou a discutir a necessidade da escola e do docente em planejarem as práticas educativa e pedagógicas a serem vivenciadas no cotidiano escolar, uma vez que, ao discutirmos sobre planejamento somos conduzidos a trazermos à tona, ao mesmo tempo, os instrumentos do planejamento que são: projeto, programa e plano que podem se fazer presentes no cenário escolar, para atender as necessidades que surgem. Somos conduzidos ainda a analisarmos o projeto político-pedagógico na organização escolar,

vislumbrando questionar o modelo de planejamento que tem sido, na maioria das vezes, elaborado nas escolas apenas para cumprimentos burocráticos e elaborado de forma dissociada, isto é, geralmente o docente que está em sala de aula não tem a preocupação de considerar o PPP como subsídio para a elaboração de seu plano de ensino.

Assim sendo, destacamos nessa discussão os instrumentos do planejamento: o projeto político-pedagógico e o plano de ensino que deverão ser organizados no viés da gestão democrática, que é fundamental para desmistificar os receios contidos no ato de planejar, uma vez que compreendemos que esse modelo de gestão vislumbra a organização a partir de um trabalho em equipe, na construção do projeto político-pedagógico, caminho que podemos buscar a minimização dos conflitos existentes no ambiente educacional, atrelando os objetivos desse projeto ao plano de ensino do professor, considerando as necessidades da escola e dos educandos.

Para tanto, iniciamos apresentando algumas considerações sobre o ato de planejar, focando práticas diárias do nosso cotidiano e a sua importância na vida escolar. No segundo momento, enfatizamos a importância da escola elaborar o projeto político-pedagógico numa perspectiva de atender a uma gestão democrática e finalizamos, com jeito de conclusão, trazendo elementos para a reflexão sobre a prática de planejar do docente na perspectiva de comungar essa sua prática ao projeto político-pedagógico da escola.

2 O ATO DE PLANEJAR: UMA AÇÃO PECULIAR AO HOMEM

Para a discussão sobre o planejamento convém que se faça uma análise sobre a palavra planejar segundo uma das definições dicionarizadas de Ferreira (2000.p.538), “fazer o plano ou planta de; projetar, traçar”. Contudo a palavra traz no seu contexto a ação da organização de algo que gostaríamos que acontecesse num futuro perto ou distante, pois faz parte das vontades ou pensamentos que idealizamos. O homem sempre teve em mente, o seu planejamento diário, mesmo que fosse de forma rudimentar. Segundo Menegolla e Sant’ana:

O homem sempre sonhou, pensou e imaginou algo na sua vida. O homem primitivo, no seu modo e habilidade de pensar, imaginou como poderia agir para vencer os obstáculos que se interpunham na vida diária. Pensava as estratégias de como poderia caçar, pescar, catar frutas e de como deveria atacar os seus inimigos. (1997, p.15).

Planejar, nesses dois sentidos, nos remete a um desejo de concretizar algo. Quando não fazemos esse exercício informal ou indutivo, caímos no improviso, que nos traz uma sensação de insegurança e que muitas vezes não tem significado, ou seja, sem objetivo, uma

ação totalmente fragmentada. Precisamos, nas mais simples ações de nossa rotina, do planejamento para organizar as estratégias mentais que conduzimos durante nossas vidas, em casa, no trabalho, na rua ou em qualquer ambiente, pois de acordo ainda com os autores supracitados:

Algumas pessoas planejam de forma sofisticada e altamente científica, obedecendo aos mais rígidos princípios teóricos, e em nada se afastando dos esquemas sistemáticos que orientam o processo de planejar, executar e avaliar. Outros, que nem sabem da existência das teorias sobre o planejamento, fazem seus planejamentos, sem muitos esquemas e dominações técnicas: contudo são planejamentos, que podem ser agilizados de forma simples, mas com bom e ótimo resultado. Disto podemos deduzir que ninguém consegue se livrar do ato de planejar; porém consegue isto sim, se evadirem do ato de executar, mas não do ato de planejar (MENEGOLLA E SANT'ANA 1997 p.16).

Podemos perceber claramente, pela afirmação dos autores, que o ato de planejar está intrínseco nos sujeitos, independentemente da sua formação, pois se faz necessária essa ação para qualquer ser humano no cotidiano nas atividades rotineiras. Segundo Piletti, "se qualquer atividade exige planejamento, a educação não foge dessa exigência". (2003.p.61). Esta afirmação revela a importância do planejamento para todas as atividades, inclusive para educação. Nesse viés se faz necessário objetivar com clareza o que pretendemos alcançar para conseguirmos, com eficiência e eficácia, as ações que possibilitem estratégias, metodologias diferenciadas e inovadoras na perspectiva de uma educação de qualidade.

Na busca de novos caminhos para a educação de qualidade faz-se necessário repensar como está essa educação em nível de governo, pois esta se agrava a cada dia. Os descaminhos que a envolvem são nítidos. Precisamos buscar novas estratégias para agirmos em prol de uma sociedade justa e de uma escola que, de fato, alcance os seus objetivos, tanto social como educativo, através de um planejamento participativo, modelo de planejamento este característico de uma gestão democrática, onde os segmentos estejam presentes e envolvidos. Segundo Vasconcellos:

Os desafios da nova era da educação são muitos e envolvem esforço e envolvimento extra dos educadores e administradores escolares. Está a frente da educação de crianças e jovens, em tempos onde já ao nascer o indivíduo tem contato com uma gama muito grande de informações, requer dos profissionais de educação uma visão holística do processo, algo que vai além das esferas internas da escola. É preciso unir esforços e construir um bom planejamento. (2009, p.24)

As mudanças que ocorrem no cenário da educação, tanto positivo como negativo, faz emergir desafios para todos os envolvidos no processo educativo escolar. A sociedade do conhecimento aflora e é muito dinâmica, precisamos ter uma visão de educação que faça nossos alunos compreenderem esses conhecimentos fora dos muros da escola, é preciso que ela construa um planejamento que considere essa realidade.

O ato de planejar não pode seguir as orientações metodológicas tradicionais que compreendem o planejamento apenas como instrumento burocrático. De acordo com estudos feitos por Libâneo (2002) e Luckesi (2011) sobre as tendências da educação brasileira, o planejamento, na perspectiva da pedagogia liberal tradicional, é organizado segundo “programas dados numa progressão lógica, estabelecida pelo adulto sem levar em conta as características próprias de cada idade.” (LIBÂNEO, 2002, p. 24). Não foi de forma desinteressada que, no final dos anos 60, do século XX no período em que predominou a tendência tecnicista, com o objetivo de adequar o sistema educacional à orientação político-econômica da ditadura militar vigente no Brasil, os planos de ensino eram elaborados por técnicos, pois, nessa tendência “a atividade da ‘descoberta’ é função da educação, mas deve ser restrita aos especialistas” (Idem, p.29). Então, isto quer dizer que na tendência tecnicista o ato de planejar é competência dos técnicos especialistas e o de executar é dever do professor.

Numa abordagem atual acerca do *planejamento e burocracia na prática escola: sentidos que assumem na escola pública*, Russo (2016), afirma que:

A tendência cíclica, no campo da educação, de pôr ênfase em algumas abordagens e em determinados temas tem, em relação ao planejamento, um capítulo especial. No Brasil, ele já foi o cerne das políticas e das práticas educacionais nas décadas de 1960 e 1970. No plano da macro política muitos Planos de Educação se sucederam como instrumento de gestão governamental. Igualmente, no plano da prática escolar ocorreu o predomínio de metodologias que enfatizavam o planejamento como mecanismo introdutório de certa racionalidade no campo educação. O tecnicismo daquele período se assentou no comportamentalismo skineriano para o qual ter clareza das finalidades da educação importava planejar detalhadamente o processo ensino-aprendizagem, operacionalizando seus objetivos educacionais e instrucionais. (RUSSO, 2016, p.193).

Isto confirma as nossas convicções de que o ato de planejar se desenvolveu na prática escolar e na prática do docente como ações burocráticas a serviço de uma praticidade e organização que evita a improvisação e direcionam as práticas escolares e docentes. “O planejamento era, assim, considerado ponto de partida para a fixação dos conteúdos correspondentes a serem desenvolvidos em cada área ou disciplina, bem como para a opção pela melhor estratégia didática a ser utilizada no ensino.” (Idem)

Outra grande contribuição sobre a prática do planejamento escolar encontra-se no livro de Vasconcellos (1999) intitulado: *planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. Este autor, além de provocar uma reflexão sobre as questões conceituais acerca do planejamento no contexto escolar, faz uma retrospectiva histórica do ato de planejar na área educacional influenciada pela Ciência da Administração, no final do século XIX. Segundo ele:

A própria Administração vai se utilizar, para configurar o planejamento, de termos (como objetivos, estratégia) de um campo ainda mais distante e ancestral: a guerra! considerada como um empreendimento que desde muito cedo buscou a eficiência [...] Mas talvez o elemento genealógico mais complicador em termos de alienação do trabalho – em geral e escolar – tenha sido a preconização por Taylor da necessidade de separar a tarefa de planejamento da execução, ou seja, para ele, organizar cientificamente o trabalho implicava a distinção radical entre concepção e realização. Desta forma, esta nova ciência acaba por respaldar e justificar a prática tão antiga (desde os gregos, por exemplo) de uns conceberem (homens livres) e outros executarem (escravos). Abre também o campo para o planejamento tecnocrático, onde o poder de decisão e controle está nas mãos de outros (‘técnicos’, ‘especialistas’), e não no próprio agente. (VASCONCELLOS, 2000, p. 27).

Compreende-se, dessa forma, que a prática do planejamento impingida pelas concepções administrativas tecnocráticas, de delegar aos mais tecnicamente preparados a atribuição de planejar, sem valorizar a criatividade e competência do educador, tenha causado neste último a aversão à atividade de planejamento.

3 ESCOLA: CONSTRUINDO O SEU PLANEJAMENTO

A instituição escola, no século XXI, vem buscando romper com práticas cristalizadas no ambiente educacional, na perspectiva da vivência de práticas democráticas, contudo, a realidade evidencia que estamos distante de alcançar esse objetivo. É nessa perspectiva que refletimos sobre a educação que deveríamos oferecer aos nossos discentes: Uma educação que estreite a sua relação com o exercício da cidadania por meio de uma prática escolar significativa. A partir desta necessidade, cabe pensar no trabalho de todos e de cada um, numa ação de construir um planejamento para a escola. Este planejamento pode ser traduzido na elaboração de um de seus instrumentos: o projeto político-pedagógico.

Na visão de Oliveira:

O projeto político-pedagógico (PPP) significa o planejamento global de uma escola e deve ser elaborado de forma coletiva entre direção, corpo docente, representatividade dos alunos e dos pais que fazem parte dos conselhos escolares e se possível com representantes das lideranças da comunidade local. (2008 p.57).

Dentro deste contexto, o projeto político-pedagógico confirma a sua condição de mecanismo para uma gestão democrática onde todos participam na perspectiva de discutir sobre o papel social da escola e qual o trabalho educativo da escola, deverá realizar para planejar as atividades que serão desenvolvidas, contribuindo no processo de uma educação de qualidade desejada por todos.

Segundo Luck:

[...] a proposição da democratização da escola aponta para o estabelecimento de um sistema de relacionamento e de tomada de decisão em que todos tenham a possibilidade de participar e contribuir a partir de seu potencial que, por essa participação, se esconde, criando um empoderamento pessoal de todos em conjunto e da instituição. (2006, p.58).

O processo de construção do projeto político-pedagógico é um ato democrático onde todos participam ativamente e têm vez e voz, possibilitando um engajamento e a confiança dos profissionais da escola e da comunidade. Neste sentido o grupo compreende a situação da escola e quais as intervenções que devem ser planejada. O gestor deverá ser o mediador desta construção coletiva na escola. Oliveira nos chama atenção para o fato de que:

É da competência do gestor escolar buscar a melhor forma de um trabalho interativo, incluindo em certos momentos a representatividade do alunado e dos pais, em termos de colher, sugestões e possíveis engajamentos posteriores na vivência do projeto. (2008 p. 58)

É importante mencionar, que compete ao gestor a organização do projeto político-pedagógico da escola, pois é dele a atribuição de conduzir a interação e o engajamento do coordenador pedagógico, de educadores, de educandos, de funcionários, da família e da comunidade com a finalidade de colher contribuições para o mesmo. No momento da elaboração é preciso que os sujeitos envolvidos reflitam em que realidade a escola se encontra, onde está situada, etc. Isto é elaborar um diagnostico e depois, definir como gostariam que ela fosse. Uma reflexão que permitisse perceber e ter uma visão da escola, da realidade e o desejo de transformação da mesma. A tomada de decisões das ações é um equilíbrio de todos, realizando uma programação interdisciplinar para a definição de objetivos e estratégias que maximizem o desempenho da escola e minimizem a distância entre o ideal e o real escolar. Segundo Oliveira:

As pistas para elaboração do projeto político pedagógico devem ser embasadas no que disserem os representantes dos alunos, professores, pais e lideranças da comunidade para que possam apresentar sugestões e críticas, fazer o diagnóstico da escola e da comunidade, trabalhar os

conteúdos das disciplinas de forma interdisciplinar, realizar programações socioculturais, atividades esportivas e avaliação processual das disciplinas curriculares e do próprio projeto para o aperfeiçoamento e alterações que se fizerem necessárias. (2008, p.60).

Como se pode perceber o projeto político-pedagógico não tem um modelo pronto e acabado, a sua elaboração está associada à descrição e à compreensão das pessoas envolvidas numa ação coletiva, ou seja, de equipe. O projeto político-pedagógico deverá ser fiel à realidade da escola e buscar um rumo, uma direção para ela, pois da mesma forma que foi elaborado deverá ser efetivado. Não se pode dizer que um projeto esquecido em um arquivo pode propiciar para os que fazem a escola um exercício de cidadania democrático. Veiga (2005), ao se constituir em uma das grandes contribuidoras das discussões sobre o PPP, aponta os princípios norteadores para sua elaboração: igualdade de condições, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério. Esses princípios nos permitem direcionar ações que valorizem todos os sujeitos, objetivando a qualidade da educação em uma construção coletiva. Evangelista (2014) destaca que os fundamentos básicos do planejamento são: utópico, estético e ético.

De acordo, com a autora, os fundamentos básicos, citado anteriormente, frente à temática em questão, nos impulsiona a necessidade de sonhar, para mudar a situação que apresenta as escolas em nosso país, na perspectiva de um futuro melhor para as escolas, compreendendo a sintonia constante da sociedade, não esquecendo dos valores morais que a relação ética nos permitem, em busca do resgate e do fomento. Vasconcellos (2011p. 65) afirma, que o planejamento tem como um dos pilares básicos a ação; subtrair a ideia de ação do planejar é descaracterizá-lo por completo. Além dos princípios e fundamentos básicos citados por Veiga (2005) e Evangelista (2014) respectivamente, Vasconcellos afirma que sem ação, todos os passos que fizemos na sua organização não tem sentido, pois não tem a intenção do político.

Deste modo, a equipe de elaboração do projeto político-pedagógico poderá garantir esses princípios norteadores que dão ao educando o direito de está e permanecer na escola evitando possíveis repetências e evasão escolar, possibilitando também uma gestão democrática, onde todos possam reivindicar os seus direitos educacionais, principalmente os direitos relacionados ao corpo docente, a sua valorização. Esse é um ponto que, neste momento, não poderá passar despercebido, pois condições de trabalho, recursos pedagógicos, formação continuada, respeitar o quantitativo de aluno em sala de aula e ambiente adequado para os educandos, é primordial ao se abordar a prática do planejamento coletivo. Convém alertar que quando o docente é valorizado em sua profissão, é um grande passo para o sucesso

dos educandos como cidadãos, e também para a escola, ou seja, boas condições de trabalho refletem no desempenho da aprendizagem dos educandos e na construção de uma escola pública de qualidade.

Assim sendo, a elaboração do projeto político-pedagógico faz a escola tomar uma nova direção. A partir dele, pode se interferir em sua organização e em sua prática. Ele pode se tornar um instrumento de orientação na elaboração do planejamento do professor, uma vez que a prática de sala de aula é considerada um espaço para consolidação e concreticidade do PPP. O acompanhamento da execução do PPP é uma das etapas muito delicada para a equipe de construção, pois eles iram definir quem irá acompanhar as ações ou cada ação e organizar um cronograma detalhadamente para expor na escola, para todos ficarem sabendo quem são responsáveis pelas ações e quem da equipe vai ficar acompanhando-as. Segundo Vasconcellos Apud Freire, “A relação entre a consciência do projeto proposto e o processo no qual se busca sua concretização é a base da ação planejada dos seres humanos (2011, p.81)” Neste sentido é preciso estar claro no cronograma do PPP os responsáveis para execução e acompanhamento do projeto.

O projeto político-pedagógico necessitará também, passar pela etapa de avaliação, essa consiste em averiguar as ações contidas no planejamento frente a sua realização. Este momento deverá ficar claro no PPP a sua realização e quais evidências precisarão ter para esse processo avaliativo e que todos envolvidos deveram estar presentes. Vasconcellos afirma que “a avaliação de conjunto do projeto é feita ao término de um período previsto e pode começar pela análise da concretização da programação feita (2011, p. 200)”. Esta etapa de avaliação do projeto político-pedagógico é crucial para a sua reelaboração, é importante no momento de cada ação procurar saber: foi realizada? Como foi realizada? Estava de acordo com o planejado? Atendeu a necessidade dos estudantes? Para a partir das colocações feitas de todas as ações do projeto, fazer a sua reelaboração trazendo as informações pertinentes das discursões frente ao cenário atual da escola.

4 PLANEJAMENTO DE AULA E A PRÁTICA DO DOCENTE

Desde 1960 o planejamento de aula foi considerado obrigatório nas escolas brasileiras. Mesmo assim, a maioria dos docentes nega a sua importância qual o motivo deste impasse? Será que é porque, quanto mais o professor se esquiva em elaborá-lo, ele o cerca em todos os seus espaços? Ou por que ele não sabe elaborar um plano? Segundo Gandim e Cruz: “os

professores foram levados a preencher quadrinhos e o chamar de planejamento. Como os quadros não funcionam, o planejamento perdeu o sentido na escola.” (2006, p.11).

Então nos vem o seguinte questionamento: seria possível termos ainda hoje professores que ainda não faz seu planejamento condizente com o que pretende aplicar em sua sala de aula? Acreditamos que, sendo ele um docente comprometido com o ensino e a aprendizagem buscará torná-lo uma prática em seu cotidiano. Na opinião de Moretto:

Na prática, no entanto, a questão do planejamento no contexto escolar não parece ter a importância que deveria ter. Há quem pense que tudo já está planejado nos livros textos ou nos materiais adotados como apoio aos professores. Há ainda quem pense que sua experiência, como professor, seja suficiente para ministrar suas aulas com eficiência [sem planejar]. (2008 p.100).

Nesta mesma visão Gandim e Cruz afirmam:

Se pensarmos em educação escolar como processo que faz parte da contribuição de uma sociedade e das pessoas que a compõem, se compreendermos que muito conteúdo preestabelecido é completamente domesticado ou inútil, então precisaremos muito do planejamento. Não de qualquer planejamento, muito menos de quadrinhos que os professores preencham para manutenção do faz-de-conta, mas de um planejamento que tenha como perspectiva a construção de uma realidade, através da transformação da realidade existente. (2006 p.15,16)

Fica evidente, que o docente deverá elaborar o seu planejamento a partir da realidade dos educandos, fazendo o diagnóstico da turma, de acordo com sua disciplina ou série, como também de acordo com os objetivos e metas delineados no PPP, por que como afirma Veiga “[...] é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula (2006, p.14).

Desta forma, acredita-se que o professor pode elaborar um plano condizente com as reais necessidades e metas anteriormente definidas por todos da escola, inclusive ele. Essa prática de planejar pode ser considerada participativa uma vez que tem garantido a qualidade da prática escolar de acordo com algumas experiências conhecidas. Nesse contexto, onde a democracia pode ser processo relevante, não dá para continuar a vivenciar, na escola, práticas individualistas, isoladas e fragmentadas, principalmente quando se trata do ato de planejar. Padilha (2002) nos ajuda a reforçar esse entendimento afirmando que para questão do planejamento não pode ser encarado “como atividade a ser realizada apenas por pedagogos ou por suposto ‘intelectuais especializados em pensar’” (FERREIRA apud PADILHA, 2012, p.

17). Nos argumentos do autor “ o planejamento precisa ser feito por aqueles que efetivamente executarão a ação” (PADILHA2002, p.17).

A partir das contribuições acima mencionadas, fica evidente, que o docente deve elaborar o seu planejamento a partir da realidade dos estudantes, fazendo o diagnóstico da turma, de acordo com sua disciplina ou série. Desta forma, acredita-se que o professor pode elaborar um plano condizente com as reais necessidades e metas anteriormente definidas por todos da escola, inclusive ele. Essa prática de planejar pode ser considerada participativa uma vez que tem garantido a qualidade da prática escolar de acordo com algumas experiências conhecidas. Nesse contexto, onde a democracia pode ser processo relevante, não dá para continuar a vivenciar, na escola, práticas individualistas, isoladas e fragmentadas, principalmente quando se trata do ato de planejar.

5 ARTICULANDO PPP E PLANO DE ENSINO COM JEITO DE CONCLUSÃO

Do exposto, fica evidente, que a construção do PPP, pode trazer mudanças no ambiente escolar para o exercício de sua autonomia administrativa e pedagógica, Esse projeto pode ser um instrumento orientador para elaboração do planejamento do professor, pois, a partir dos objetivos, das estratégias, das ações contidas no PPP o professor poderá considerar em seu plano de aula.

Desta forma, acreditamos que o professor pode elaborar um plano condizente com as reais necessidades e metas, anteriormente definidas por todos da escola, inclusive ele. Essa prática de planejar pode ser considerada participativa. Prática esta que pode garantir a qualidade da prática escolar de acordo com algumas experiências conhecidas. Nesse contexto, onde a democracia é processo relevante, não dá para continuar a vivenciar, na escola, práticas individualistas, isoladas e fragmentadas, principalmente, no ato de planejar. Acerca deste ato, Gandim e Cruz apresentam alguns itens que podem ser definidos no plano do professor. Estes itens também são apontados por Vasconcelos para o PPP. Os itens são: Marco Operativo; Diagnostico (necessidades); Programação; Objetivos; Estratégias; Normas; Atividade permanente.

Dessa forma compreendemos que o plano de aula pode ter, inclusive, a estrutura, o mesmo formato de PPP da escola, mas sua dimensão é a sala de aula, ou seja, o que o professor polivalente e aquele que trabalha com disciplina deverá planejar de acordo com o nível daquela serie, e para isso pode seguir a definição dos itens mencionados numa perspectiva de articulação com o fazer da escola, no sentido geral da definição dos objetivos e metas da educação escolar e no sentido mais específico da sala de aula, do fazer pedagógico.

REFERÊNCIAS

- EVANGELISTA, Izabel Alcina Soares. **Planejamento Educacional: Concepções e Fundamentos**. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/329930646/PLANEJAMENTO-EDUCACIONAL-Concepcoes-e-Fundamentos-pdf>. Acesso em 04/06/2014..
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910 – 1989 **Miniaurelio Século XXI Escola: O minidicionário da língua português** – 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- GANDIN, DANILO; CRUZ, Carlos Henrique Carrilho, **Planejamento na sala de aula** 8 ed., Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**, Petrópolis; Rio de Janeiro vozes 2006 , Serie: Caderno de gestão.
- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MENEGOLLA, Maximilino; SANT'ANNA, Ilza Martins, **Porque planejar? Como planejar?** 5 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Brasil. Editora Vozes, 1997.
- MORETTO, Vasco Pedro, **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências**; 3º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Projeto, relatórios e textos na educação básica: como fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico**. 3 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002 – Guia da Escola Cidadã; v.7).
- PILLETI, Claudino, **Didática geral**. 23 ed. São Paulo. Editora Ática, 2003.
- RUSSO, Miguel Henrique. Planejamento e burocracia na prática escolar: sentidos que assumem na escola pública. **RBP**AE. v.32, n.1 p. 193-210, jan./abril, 2016.
- VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento: projeto de Ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 7 ed. São Paulo: Libertad, 2000 - Cadernos Pedagógicos do Libertad; v1).
- VASCONCELLOS, Celso, Projeto político-pedagógico: Uma prática construtiva para um ensino completo. **Revista Aprendizagem**, Ano, nº10. Ed. Melo, janeiro/fevereiro 2009,
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2011.



VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**, Campinas – SP: Papirus, 2006.